

Na realidade não se deve esquecer que os modernistas sofreram influências das vanguardas, mas estas influências já haviam sido determinadas, com o intercâmbio entre nossos escritores e as fontes europeias, desde a época colonial.

O papel de Graça Aranha foi relevante, na medida em que serviu para dar credibilidade ao trabalho dos moços, que ainda eram desnhecidos; mas sua contribuição trazia resquícios da filosofia alemã, que foi a orientação da Escola do Recife, não estando ligada às vanguardas europeias e sim a uma linha conservadora-tradicionalista, também de fonte européia. Isso é comprovado pelo seu prestígio nos meios acadêmicos, tanto na Europa quanto no Brasil.

É importante ressaltar a posição de Graça Aranha dentro do Movimento Modernista, mais como um suporte para a divulgação do movimento – dado o seu prestígio nos meios acadêmicos, que como fonte das propostas modernistas.

É louvável a intenção do Autor de mostrar o Modernismo como a retomada de uma tradição que valoriza a *brasilidade*. Contudo, esta tradição não se restringe à obra de Graça Aranha, mas está presente na Literatura Brasileira desde o Romantismo. O próprio Mário de Andrade já havia estabelecido as linhas básicas do seu projeto nacionalista, na *Paulicéia Desvairada*, elaborada bem antes da chegada de Graça Aranha.

Entre os modernistas mais lúcidos havia a consciência de que estavam renovando a tradição. E uma prova dessa consciência está no próprio fato de Mário de Andrade ter, originalmente, dedicado o seu *Macunaíma* a José de Alencar.

A obra está muito bem estruturada, apoiada numa documentação farta e de grande valor, com a utilização de textos e depoimentos dos escritores modernistas das correntes Verde-Amarela, Pau-Brasil, Antropofagia, Escola da Anta, além de obras críticas e sobre a situação político-social na década de 20. Contudo, ressalta-se um aproveitamento unilateral dessa documentação, devido à posição apriorística do Autor, no tocante à polêmica sobre as lideranças do Movimento Modernista.

Apesar das restrições apontadas no trabalho, é inegável a relevante contribuição prestada aos estudiosos do Modernismo, numa dimensão ampla, mais ligada à História. — Maria Lúcia Fernandes Guelfi e Raimunda de Brito Batista.

RIBEIRO JUNIOR, José — *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo, HUCITEC, 1976. (Estados brasileiros, 3).

Com a intenção de demonstrar como, através do funcionamento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), é possível observar-se a monarquia absoluta portuguesa e seus grupos privilegiados em atuação sobre a colônia brasileira, explicando-se, assim, o "sentido da colonização", José Ribeiro Júnior publica agora a sua tese de doutoramento sobre a referida companhia. Identificando as Companhias de comércio que, desde o século XVI, possuíam a França, Holanda e Inglaterra, para explorar o comércio internacional, o Autor contraçõe-lhes o sistema obsoleto vigente em Portugal, representado pelas Casa de Ceuta, da Guiné, da Mina, da Índia, etc. A partir de meados do século XVII é que a monarquia lusitana desperta para a necessidade de arregimentar capitais para movimentar a economia de seu vasto império ultramarino: criam-se algumas companhias de comércio, mas de efêmera duração. Entretanto, foi no consulado pombalino que "Portugal entrou decididamente no uso das Companhias de comércio por ações (...), com função associada à Coroa, integrando um plano de colonização formulado pelo Estado".

A conjuntura luso-brasileira na segunda metade do século XVIII é apresentada para que se compreenda como e onde atua a Companhia e quais sejam suas coordenadas em relação ao comércio internacional e em relação à crise portuguesa de então. Na solução da crise, Pombal à frente de reformas administrativas e fiscais e de implantação de novas estratégias de exploração

colonial; entre elas, a fundação de Companhias de comércio. A instituição da Companhia do comércio de Pernambuco e Paraíba em 1759 é estudada, partindo o Autor do contexto da própria Capitania de Pernambuco e suas subalternas, da legislação que a estabelece e de sua estrutura jurídica e administrativa, assim como a formação do capital social da empresa. Assentadas assim as suas coordenadas, passa-se às questões ligadas propriamente a seu funcionamento, navios, rotas, portos e produtos comerciados. O gênero monopolizado pela Companhia era o açúcar, principal produto da economia nordestina colonial. Embora os índices de lucratividade já não fossem os dos séculos anteriores, a demanda do mercado europeu ainda justificava a comercialização das 12.300 caixas anuais (de 40 arrobas cada uma) da produção pernambucana. Tabelas e gráficos dão-nos conta das flutuações dos preços daquele gênero, nos anos de funcionamento da Companhia. Ademais do açúcar, ocupava-se ela, ainda, da exportação do couro – atanados, em cabelo ou em sola – e de “drogas do sertão”. Em contrapartida, colocava, em território colonial, manufaturas portuguesas. Se a política industrialista metropolitana pesava tão consideravelmente no pensamento pombalino, é natural que outros setores, como o das Companhias de comércio, fossem a ela complementares. Ora, assim sendo, a Real Fábrica de Sedas, as fábricas de lã (Covilhã e do Fundão), de tafetá, de algodão, de louça, etc., tiveram seus produtos introduzidos em Pernambuco pela Companhia de comércio.

Analizando os livros contábeis, José Ribeiro Júnior pôde demonstrar que a evolução financeira da empresa teve crescimento uniforme de 1760 a 1764, declinando a partir de então, e mais acentuadamente, em 1769. Os últimos anos de sua existência (até 1780) correspondem a uma estabilização em nível baixo. Gráficos dos lucros e dividendos são apresentados, evidenciando-se a desproporção entre eles.

As crises da Companhia, que acabam por ordenar-lhe a liquidação, tiveram em sua base o conflito de interesses entre os mercadores metropolitanos e os coloniais. Também os excessos na concessão de créditos apressaram-lhe o fim. Ademais, não se lhe pode isolar da própria situação geral precária do Erário Régio. Sucessivas representações das Câmaras Municipais de vilas pernambucanas evidenciam os prejuízos causados pelo monopólio detido pela Companhia. A gente colonial propugnava pela sua extinção, reclamando do arbítrio dos deputados da empresa e dos altos preços cobrados pelos artigos importados. Em sucessivas justificativas, a Junta de Administração da Companhia procurava defender-se das acusações, sem lograr, no entanto, deter o fim de seu monopólio.

Com base em vasta documentação manuscrita, compulsada em Portugal (Arquivo Histórico, do Ministério de Obras Públicas, Biblioteca Nacional, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Geral da Marinha) e no Brasil (Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), na bibliografia publicada e em decorrência do acurado estudo e análise que delas fez, o Autor atinge concretamente a sua conclusão. A Companhia Geral de Pernambuco, dentro dos objetivos de uma empresa de exploração colonial da época mercantilista, pôde intensificar a ligação mercantil regular entre Pernambuco e a metrópole, integrando-se no comércio mundial e acelerando a acumulação primitiva europeia. Isto, não obstante, como reconheceria a própria Junta liquidatária da Companhia, a caducidade, já para aquele momento, de seus métodos de exploração econômica. – Heloísa Liberalli Bellotto.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes – *A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930); RIBEIRO, Domingos de Azevedo – João Pessoa e a Música; OCTÁVIO, José – João Pessoa perante a História: textos básicos e estudos críticos; NUNES, Luiz (Severino Sertanejo) – A morte de João Pessoa e a Revolução de 30.*

Em 1978, o Estado da Paraíba comemorou o centenário do nascimento de João Pessoa. Patrocinada pela Secretaria da Educação do Governo do Estado da Paraíba saiu publicada uma